



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 16, v. 2

set.2021-dez.2021

p. 192-210

Prefácio (1999)¹

(Preface (1999))

(Prefacio (1999))

Judith Butler²

RESUMO: Neste prefácio, publicado na segunda edição do livro *Problemas de Gênero*, dez anos depois da primeira edição, Judith Butler apresenta importantes narrativas sobre as razões que a levaram a escrever; reflete sobre a recepção de sua obra e responde algumas das críticas que recebeu após a publicação.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Performatividade. Queer. Sexualidade. Tradução.

Abstract: In this preface, published in the second edition of the book *Gender Trouble*, ten years after the first edition, Judith Butler presents important narratives about her reasons for writing; she reflects on the reception of her work and responds to some of the criticism she received after publication.

Keywords: Genre. Performativity. Queer. Sexuality. Translation.

Resumen: En este prefacio, publicado en la segunda edición del libro *El género en Disputa*, diez años después de la primera edición, Judith Butler presenta importantes narrativas sobre sus razones para escribir; reflexiona sobre la acogida de su obra y responde a algunas de las críticas que recibió tras su publicación.

Palabras clave: Género. Performatividad. Queer. Sexualidad. Traducción.

1 Este texto é o segundo prefácio do livro *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*, ausente na obra traduzida e publicada pela Civilização Brasileira, em 2003, no Brasil. Referência original: BUTLER, Judith. Preface. In: *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. 2. ed. New York: Routledge, 1999, p. 08-27. Agradecemos a Routledge pela autorização para publicar essa tradução.

2 Filósofa norte-americana e professora da Universidade de Berkeley. Tradução de Sabrina Ferreira, professora da área de Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFFluminense, campus Campos Centro. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ProPEd/UERJ. E-mail: smendonca@iffl.edu.br. Tradução produzida para fins didáticos no âmbito da disciplina *Estudos em currículo: performatividade e diferença*, ministrada por Elizabeth Macedo, Guilherme Lemos e Rita Frangella – ProPEd UERJ – 2020/2.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 20/11/2020

Aceito em 15/09/2021

Dez anos atrás, terminei o manuscrito da versão em inglês de *Gender Trouble* e o enviei para a Routledge, para sua publicação. Nunca imaginei que o texto teria tantos leitores, nem que ele se tornaria uma intervenção provocativa na teoria feminista, nem que ele seria citado como um dos textos fundadores da teoria queer. A vida do texto excedeu minhas intenções, e certamente isso se deve, em certa medida, às mudanças no ambiente em que foi recepcionado. Enquanto escrevia, entendi que estava em uma relação de combate e de oposição a certas formas de feminismo, embora eu também tenha entendido que o texto pertencia ao próprio feminismo. Escrevia então na tradição da crítica imanente, cujo objetivo é provocar uma revisão crítica do vocabulário básico do movimento do pensamento no qual está inscrito. Houve e ainda há uma justificativa para esta forma de crítica e para diferenciá-la entre a autocrítica, que promete uma vida mais democrática e integradora para o movimento, e crítica, que tem como objetivo, miná-lo completamente. É evidente que você sempre pode interpretar mal o primeiro e o segundo, mas espero que isso não aconteça no caso de *Gender Trouble*.

Em 1989, minha atenção estava voltada para criticar um suposto heterossexual dominante na teoria literária feminista. A intenção era refutar as suposições sobre limites e propriedade de gênero, que limitaram seu significado às concepções geralmente aceitas de masculinidade e feminilidade. Eu considerei e ainda considero que qualquer teoria feminista que limite o significado de gênero em pressuposições de sua própria prática dita normas excludentes de gênero dentro do feminismo, muitas vezes com consequências homofóbicas. Pareceu-me, e ainda me parece, que o feminismo deve ter o cuidado de não idealizar certas expressões de gênero que, por sua vez, produzem novas formas de hierarquia e exclusão. Particularmente, me opus aos regimes de verdade que determinaram que algumas expressões relacionadas ao gênero eram falsas ou careciam de originalidade, enquanto outras eram verdadeiras e originais. O objetivo não era prescrever um novo estilo de vida com gênero que pudesse servir como modelo para os leitores do texto. Em vez disso, o objetivo do texto era abrir o campo de possibilidades para o gênero, sem ditar quais tipos de possibilidades deveriam ser realizadas. Alguém pode se perguntar qual a utilidade de “abrir as possibilidades”, mas ninguém que conheça o que significa viver no mundo social como “impossível”, ilegível, irrealizável, irreal e ilegítimo fará essa pergunta, provavelmente.

Gender Trouble procurou descobrir as maneiras pelas quais o próprio fato de considerar o que é possível na vida de gênero é relegado por certos pressupostos habituais e violentos. O texto também reivindicou destruir todas as tentativas de construir um discurso de verdade para deslegitimar práticas sexuais e de gênero das minorias. Isso não significa que todas as práticas minoritárias devam ser toleradas ou celebradas, mas que devemos ser capazes de analisá-las



antes de chegarmos a qualquer conclusão. O mais perturbador era o modo como o pânico sobre essas práticas as tornava impensáveis. A dissolução dos binários de gênero, por exemplo, é tão monstruosa, tão temível que, por definição, é considerada impossível e heurísticamente excluída de qualquer tentativa para pensar o gênero?

Algumas dessas suposições foram baseadas no que era chamado de “feminismo francês” e eram muito populares entre os estudiosos da literatura e alguns teóricos sociais. Mesmo quando me opus ao que considerei ser o heterossexismo no âmago do fundamentalismo da diferença sexual, também tirei ideias do pós-estruturalismo francês para elaborar minhas abordagens. Assim, em *Gender Trouble*, meu trabalho acabou sendo um estudo de tradução cultural. As teorias americanas de gênero e a difícil situação política do feminismo foram vistas à luz da teoria pós-estruturalista. Embora em algumas de suas apresentações o pós-estruturalismo seja apresentado como um formalismo, desvinculado dos problemas de contexto social e de objetivo político, o mesmo não aconteceu com suas apropriações americanas mais recentes. Na verdade, não se tratava de “aplicar” o pós-estruturalismo ao feminismo, mas de expor essas teorias a uma reformulação especificamente feminista. Enquanto alguns defensores do formalismo pós-estruturalista expressam sua insatisfação com a orientação “temática” confessada que recebe em obras como *Gender Trouble*, as críticas ao pós-estruturalismo na esfera da esquerda cultural têm sido céticas quanto à afirmação de que tudo politicamente progressivo pode vir de suas premissas. Em ambos os relatos, entretanto, o pós-estruturalismo é considerado algo unificado, puro e monolítico. Nos últimos anos, entretanto, essa teoria, ou conjunto de teorias, migrou para os estudos de gênero e sexualidade, para estudos pós-coloniais e raciais. Ele perdeu o formalismo do passado e adquiriu uma vida nova e transplantada no domínio da teoria cultural. Há debates contínuos sobre se meu trabalho ou o trabalho de Homi K. Bhabha, Gayatri Chakravorty Spivak ou Slavoj Žižek pertencem aos estudos culturais ou à teoria crítica, mas talvez essas questões simplesmente mostrem que a forte distinção entre as duas iniciativas foi quebrada. Alguns teóricos irão afirmar que tudo o que foi dito acima pertence ao campo dos estudos culturais, e outros pesquisadores desse campo serão considerados oponentes de todas as formas de teoria (embora seja significativo que Stuart Hall, um dos fundadores dos estudos culturais na Grã-Bretanha, não o faça); mas os defensores de ambos os lados às vezes esquecem que o perfil da teoria tem variado precisamente por meio de suas apropriações culturais. Há um novo espaço para a teoria, necessariamente impuro, onde ela emerge no e como o próprio evento da tradução cultural. Não é o deslocamento da teoria pelo historicismo, nem uma simples historicização da teoria que expõe os limites contingentes de suas reivindicações mais



generalizáveis. É, antes, a emergência da teoria no ponto onde os horizontes culturais convergem, onde a demanda por tradução é aguda e sua promessa de sucesso, incerta.

Gender Trouble está enraizado na “teoria francesa”, que é propriamente uma curiosa construção americana. Somente nos Estados Unidos encontramos tantas teorias díspares reunidas como se formassem algum tipo de unidade. Embora o livro tenha sido traduzido para várias línguas e tenha tido um impacto especialmente forte nas discussões de gênero e política na Alemanha, ele aparecerá na França, se finalmente publicada, muito mais tarde do que em outros países. Eu menciono isso para sublinhar que o aparente francocentrismo do texto está a uma distância considerável da França e da vida teórica francesa. *Gender Trouble* tende a interpretar junto, em uma veia sincrética, vários intelectuais franceses (Lévi-Strauss, Foucault, Lacan, Kristeva, Wittig) que tinham poucas alianças entre si e cujos leitores na França raramente, ou nunca, liam uns aos outros. Na verdade, a promiscuidade intelectual do texto o caracteriza precisamente como um texto americano e o torna estranho ao contexto francês. O mesmo acontece com sua ênfase na tradição sociológica e antropológica anglo-americana de estudos de “gênero”, que é distinta do discurso da “diferença sexual” originado na pesquisa estruturalista. Se o texto corre o risco de ser eurocêntrico nos Estados Unidos, na França é considerado uma ameaça de “americanização” da teoria, segundo as poucas editoras francesas que consideraram publicá-lo¹.

Claro, a “Teoria Francesa” não é a única linguagem desse texto. Isto surge de um longo engajamento com a teoria feminista, com os debates sobre o caráter socialmente construído do gênero, com a psicanálise e o feminismo, com o extraordinário trabalho de Gayle Rubin sobre gênero, sexualidade e parentesco, com o trabalho pioneiro de Esther Newton sobre drag, com os escritos magníficos em aspectos teóricos e ficcionais de Monique Wittig e com perspectivas gays e lésbicas nas humanidades. Enquanto muitas feministas na década de 1980 presumiam que o lesbianismo encontra o feminismo no feminismo lésbico, *Gender Trouble* procurou refutar a noção de que a prática lésbica fundamenta a teoria feminista e estabeleceu uma relação mais problemática entre os dois termos. Nesse texto, o lesbianismo não representa um retorno ao que é mais importante sobre ser mulher; nem consagra feminilidade e nem sinaliza um mundo ginocêntrico. O lesbianismo não é a consumação erótica de um conjunto de crenças políticas (sexualidade e crença estão relacionadas de uma forma muito mais complexa, e muitas vezes em conflito uma com a outra). Em vez disso, o texto pergunta: como as práticas sexuais não normativas colocam em questão a estabilidade do gênero como uma categoria de análise? Como certas práticas sexuais levam à pergunta: o que é uma mulher, o que é um homem? Se gênero



não deve mais ser entendido como consolidado por meio da sexualidade normativa, então há uma crise de gênero que é específica para contextos queer?

A ideia de que a prática sexual tem o poder de desestabilizar o gênero emergiu após minha leitura de *The traffic in women*, de Gayle Rubin, e procurou estabelecer que a sexualidade normativa fortalece o gênero normativo. Resumidamente, uma pessoa é uma mulher, de acordo com este esquema conceitual, na medida em que funcione dentro da estrutura heterossexual dominante e questionar essa estrutura envolve, talvez, perder algo do senso de lugar que ocupamos no gênero. Suponho que essa seja a primeira formulação de “problemas de gênero” neste texto. Procurei entender um pouco do terror e da ansiedade que algumas pessoas sofrem ao “se tornarem gays”, o medo de perder seu lugar no gênero ou de não saber quem será se dormir com alguém aparentemente do “mesmo” sexo. Isso constitui uma certa crise da ontologia vivida tanto no nível da sexualidade quanto da linguagem. Essa questão se tornou mais aguda à medida em que consideramos refletir sobre as várias novas formas de pensar gênero que surgiram à luz do transgênero e da transexualidade, na paternidade e na maternidade lésbica e gay, nas novas identidades masculinas e femininas. Quando e por que, por exemplo, algumas lésbicas *butch*, de aparência e comportamento vistos como masculinos, têm filhos, se tornam “pais” e outras se tornam “mães”?

E quanto à noção, sugerida por Kate Bornstein, de que um transexual não pode ser descrito pelo substantivo de “mulher” ou “homem”, mas deve ser abordado por meio de verbos ativos que atestam a constante transformação que “é” a nova identidade ou, de fato, o “intermediário” que coloca em questão o ser da identidade de gênero? Embora algumas lésbicas argumentem que *butches* não têm nada a ver com “ser um homem”, outras insistem que sua *butchness* é ou foi apenas um caminho para um desejado status de homem. Esses paradoxos certamente proliferaram nos últimos anos, oferecendo evidências de um tipo de problema de gênero que o próprio texto não previaⁱⁱ.

Mas qual é a ligação entre gênero e sexualidade que busquei para enfatizar? Certamente, não estou afirmando que certas formas de prática sexual resultam em certos gêneros, mas que sob condições de heterossexualidade normativa, o policiamento de gênero às vezes é usado como uma forma de assegurar a heterossexualidade. Catharine MacKinnon oferece uma formulação para esse problema que ressoa com o meu, ao mesmo tempo em que existem, acredito, diferenças cruciais e importantes entre nós. MacKinnon afirma:

Suspensa como se fosse um atributo de uma pessoa, a desigualdade sexual assume a forma de gênero; movendo-se como uma relação entre pessoas, assume a forma de sexualidade. O gênero surge como a forma rígida de sexualização da desigualdade entre homens e mulheresⁱⁱⁱ.



De acordo com essa abordagem, a hierarquia sexual produz e consolida o gênero. Não é a normatividade heterossexual que produz e consolida o gênero, mas a hierarquia de gênero que supostamente sustenta as relações heterossexuais. Se a hierarquia de gênero produz e consolida o gênero, e se a hierarquia de gênero pressupõe uma noção operativa de gênero, então o gênero é o que causa o gênero, e a formulação culmina em uma tautologia. Pode ser que MacKinnon queira apenas delinear o mecanismo de autorreprodução da hierarquia de gênero, mas não é o que ela afirma.

A “hierarquia de gênero” é suficiente para explicar as condições para a produção de gênero? Em que medida a hierarquia de gênero serve a uma heterossexualidade mais ou menos obrigatória, e com que frequência as normas de gênero são policiadas precisamente a serviço de sustentar a hegemonia heterossexual?

Katherine Franke, uma teórica jurídica contemporânea, faz um uso inovador das perspectivas feministas e queer para observar que, ao assumir a primazia da hierarquia de gênero para a produção de gênero, MacKinnon também está aceitando um modelo presumivelmente heterossexual para pensar sobre a sexualidade. Franke oferece um modelo alternativo de discriminação de gênero ao de MacKinnon, que argumenta efetivamente que o assédio sexual é a alegoria paradigmática para a produção do gênero. Nem toda discriminação pode ser entendida como assédio. O ato de assédio pode ser aquele em que uma pessoa é “convertida” em um determinado gênero; mas também existem outras maneiras de impor o gênero. Assim, para Franke, é importante fazer uma distinção provisória entre discriminação de gênero e discriminação sexual. Gays, por exemplo, podem ser discriminados no local de trabalho porque sua “aparência” não corresponde às normas de gênero aceitas. Assediar gays sexualmente pode muito bem ocorrer não a serviço do reforço da hierarquia de gênero, mas para promover a normatividade do gênero.

Ao mesmo tempo em que MacKinnon oferece uma crítica poderosa ao assédio sexual, ela institui um regulamento de outro tipo: ter um gênero significa já ter entrado em um relacionamento heterossexual de subordinação. Em um nível analítico, ela faz uma equação que ressoa com algumas formas dominantes de argumento homofóbico. Tal posição prescreve e preserva a ordenação sexual de gênero, ao afirmar que os homens que são homens serão heterossexuais, e as mulheres que são mulheres serão heterossexuais. Há uma série de pontos de vista, incluindo o de Franke, que critica essa forma de regulação de gênero. Há, portanto, uma diferença entre as visões sexistas e feministas sobre a relação entre gênero e sexualidade: a posição sexista afirma que uma mulher só revela sua feminilidade durante o ato da relação heterossexual, no qual sua subordinação se torna seu prazer (a essência emana e é confirmada na



subordinação sexualizada das mulheres); a posição feminista argumenta que o gênero deve ser derrubado, eliminado ou tornado fatalmente ambíguo, precisamente porque é sempre um sinal de subordinação da mulher. Esta última aceita o poder da descrição ortodoxa da primeira e reconhece que a descrição sexista já opera como uma ideologia poderosa, mas procura se opor a ela.

Eu me detenho nesse ponto porque alguns teóricos queer traçaram uma distinção analítica entre gênero e sexualidade, recusando uma ligação causal ou estrutural entre eles. Isso faz muito sentido de uma certa perspectiva: se o que se entende por essa distinção é que a normatividade heterossexual *não* deve ordenar o gênero e que tal ordenação deve ser contrariada, eu concordo totalmente com essa posição^{iv}. Se, no entanto, o que isso significa é que (descritivamente falando) não há regulação sexual de gênero, então acho que uma dimensão importante, mas não exclusiva de como a homofobia funciona, está passando despercebida por aqueles que estão claramente mais ansiosos por combatê-la. É importante para mim admitir, no entanto, que a subversão de gênero pode indicar nada sobre sexualidade ou prática sexual. O gênero pode ser tornado ambíguo sem perturbar ou reorientar a sexualidade normativa. Às vezes, a ambiguidade de gênero pode operar precisamente para reprimir ou desviar a prática sexual não normativa pois, dessa forma, mantém a sexualidade normativa intacta^v. Consequentemente, nenhuma correlação pode ser estabelecida, por exemplo, entre drag ou transgênero e prática sexual, e a distribuição de inclinações heterossexuais, bissexuais e homossexuais não pode ser previsivelmente mapeada nos movimentos de flexão ou mudança de gênero.

Muito do meu trabalho nos últimos anos foi dedicado a esclarecer e revisar a teoria da performatividade delineada em *Gender Trouble*^{vi}. É difícil dizer, precisamente, o que é performatividade, não apenas porque minhas próprias visões sobre o que performatividade pode significar mudaram ao longo do tempo, na maioria das vezes em resposta a excelentes críticas^{vii}, mas também porque muitos outros adotaram e formularam o termo à sua maneira. Eu originalmente peguei minha pista sobre como ler a performatividade do gênero da leitura de Jacques Derrida de *Before the Law*, de Kafka. Nessa história, quem espera a lei, se senta na frente da porta da lei e atribui uma certa força a essa lei. A antecipação de uma revelação confiável do significado é o meio pelo qual essa autoridade é atribuída e instalada: a antecipação evoca seu objeto. Eu me pergunto se não trabalhamos sob uma expectativa semelhante em relação ao gênero; que esteja em ação uma essência interior que pode ser desvelada, uma expectativa que acaba produzindo o próprio fenômeno que antecipa. No primeiro caso, então, a performatividade do gênero gira em torno dessa metalepse, a maneira pela qual a antecipação de uma essência de gênero produz aquilo que postula como externo a si mesma. No segundo, a



performatividade não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que atinge seus efeitos por meio de sua naturalização no contexto de um corpo, entendido, em parte, como uma duração temporal culturalmente sustentada^{viii}.

Várias questões importantes foram colocadas a essa doutrina, e uma parece especialmente digna de menção aqui. A visão de que gênero é performativo procurou mostrar que o que consideramos ser uma essência interna de gênero é fabricado por meio de um conjunto sustentado de atos, postulados por meio da estilização de gênero do corpo. Dessa forma se demonstra que o que consideramos uma característica “interna” de nós mesmos, é algo que antecipamos e produzimos por meio de certos atos corporais; em um extremo, um efeito alucinatório de gestos naturalizados. Isso significa que tudo o que é entendido como “interno” sobre a psique é, portanto, removido, e que essa internalidade é uma falsa metáfora? Embora *Gender Trouble* tenha claramente se baseado na metáfora de uma psique interna em sua discussão inicial sobre a melancolia de gênero, essa ênfase não foi trazida para o pensamento da performatividade em si^{ix}. Tanto *The Psychic Life of Power* quanto vários de meus artigos recentes sobre tópicos psicanalíticos buscaram resolver esse problema, que muitos viram como uma ruptura problemática entre os capítulos iniciais e os finais desta obra. Embora eu negue que todo o mundo interno da psique seja apenas um efeito de um conjunto estilizado de atos, continuo a pensar que é um erro teórico significativo tomar a “internalidade” do mundo psíquico como certa. Algumas características do mundo, incluindo pessoas que conhecemos e perdemos, tornam-se características “internas” do self, mas são transformadas por meio dessa interiorização, e esse mundo interior, como os Kleinianos o chamam, é constituído precisamente como consequência das interiorizações que uma psique performa. Isso sugere que pode muito bem haver uma teoria psíquica da performatividade em ação que requer um estudo mais aprofundado.

Embora este texto não responda à questão sobre se a materialidade do corpo é algo totalmente construído, esse foi o foco de grande parte de meu trabalho subsequente, que, espero, seja esclarecedor para quem o ler^x. A questão de se a teoria da performatividade pode ou não ser transposta para questões de raça foi explorada por vários estudiosos^{xi}. Eu observaria aqui, não apenas que presumidos raciais invariavelmente subscrevem o discurso sobre gênero de maneiras que precisam ser explicitadas, mas que raça e gênero não devem ser tratados como meras analogias. Eu sugeriria, portanto, que a questão a fazer não é se a teoria da performatividade pode ser transposta para a raça, mas o que acontece com a teoria quando ela tenta lidar com a raça. Muitos desses debates centraram-se no status de “construção”, na questão de saber se raça é construída da mesma forma que gênero. Eu considero que nenhum relato único de construção



servirá, e que essas categorias sempre funcionam como pano de fundo uma para a outra, e muitas vezes encontram sua articulação mais poderosa ao se desenharem umas nas outras. Assim, a sexualização das normas raciais de gênero exige que seja lida através de múltiplas lentes ao mesmo tempo, e a análise certamente ilumina os limites do gênero como uma categoria exclusiva de análise^{xii}.

Embora eu tenha enumerado algumas das tradições acadêmicas e debates que animam este livro, não é meu propósito oferecer uma apologia completa nestas breves páginas. Há um aspecto das condições de sua produção que nem sempre é compreendido sobre o texto: ele foi produzido não apenas a partir da academia, mas também a partir de movimentos sociais convergentes dos quais fiz parte, e no contexto de uma comunidade lésbica e gay na costa leste dos Estados Unidos, na qual morei quatorze anos antes de escrever este livro. Apesar do deslocamento do sujeito que o texto realiza, há uma pessoa aqui: participei de inúmeros encontros, fui a bares e marchas e observei muitos tipos de gêneros, me entendi na encruzilhada de alguns deles, e encontrei a sexualidade em várias de suas fronteiras culturais. Conheci muitas pessoas que estavam tentando encontrar seu caminho em meio a um movimento significativo pelo reconhecimento sexual e pela liberdade, e senti a alegria e a frustração que vêm junto com o fato de fazer parte desse movimento, tanto em sua esperança quanto em sua dissensão interna. Ao mesmo tempo em que eu estava abrigada na academia, eu também estava vivendo uma vida fora daquelas paredes e, embora *Gender Trouble* seja um livro acadêmico, ele começou, para mim, com uma travessia, sentada em Rehoboth Beach, me perguntando se eu poderia conectar os diferentes lados da minha vida. O fato de eu poder escrever de modo autobiográfico não altera, na minha opinião, o lugar que ocupo como o sujeito que sou, mas talvez dê ao leitor uma sensação de consolo de que há alguém aqui (suspenderei por enquanto o problema de que esse alguém está dado na linguagem).

Uma das experiências mais gratificantes foi saber que o texto continua a ser lido fora da academia até hoje. Ao mesmo tempo em que o livro foi retomado por *Queer Nation*, e algumas de suas reflexões sobre a teatralidade da autoapresentação queer ressoaram com as táticas do *Act Up*, ele estava entre os materiais que também ajudaram a estimular os membros da Associação Americana de Psicanálise e da Associação Americana de Psicologia a reavaliar parte de sua doxa atual sobre homossexualidade. As questões de gênero performativo foram apropriadas de diferentes maneiras nas artes visuais, nas exposições Whitney e na Otis School for the Arts em Los Angeles, entre outras. Algumas de suas formulações sobre o tema “mulheres” e a relação entre sexualidade e gênero também fizeram seu caminho para a jurisprudência feminista e os estudos jurídicos antidiscriminação na obra de Vicki Schultz, Katherine Franke e Mary Jo Frug.



Por sua vez, fui compelida a revisar algumas das posições que adoto em *Gender Trouble* em virtude de meus próprios compromissos políticos. No livro, tendo a conceber a reivindicação de “universalidade” em termos exclusivamente negativos e excludentes. No entanto, percebi que esse termo tem um uso estratégico importante precisamente como uma categoria não substancial e aberta quando colaborei com um grupo extraordinário de ativistas, primeiro como membro do conselho e depois como presidente da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (1994–1997), uma organização que representa as minorias sexuais em uma ampla gama de questões de direitos humanos. Foi aí que compreendi como a afirmação da universalidade pode ser proléptica e performativa, evocando uma realidade que ainda não existe e oferecendo a possibilidade de convergência de horizontes culturais que ainda não se encontraram. Dessa forma, cheguei a um segundo ponto de vista sobre universalidade, em que ela é definida como um trabalho de tradução cultural^{xiii} orientado para o futuro. Mais recentemente, tive que relacionar meu trabalho com a teoria política e, mais uma vez, com o conceito de universalidade em um livro em coautoria que estou escrevendo com Ernesto Laclau e Slavoj Žižek sobre a teoria da hegemonia e suas implicações para a esquerda teoricamente ativista.

Outra dimensão prática do meu pensamento foi revelada em relação à psicanálise entendida em seu caráter de trabalho acadêmico e clínico. Atualmente, estou trabalhando com um grupo de terapeutas psicanalíticos progressistas em uma nova revista, *Studies in Gender and Sexuality*, que busca trazer o trabalho clínico e acadêmico para um diálogo produtivo sobre questões de sexualidade, gênero e cultura.

Tanto críticos quanto simpatizantes de *Gender Trouble* chamaram a atenção para a dificuldade de seu estilo. É sem dúvida estranho, e até enlouquecedor para alguns, descobrir que um livro que não é lido facilmente é “popular”, de acordo com os padrões acadêmicos. A surpresa que isso causa talvez seja devido a subestimar o público leitor, sua capacidade e seu desejo de ler textos complicados e desafiadores, quando a complicação não é gratuita, quando o desafio está a serviço de questionar verdades tidas como certas, quando a certeza dessas verdades é, de fato, opressiva.

Acho que estilo é um terreno complicado; não é algo que escolhemos ou controlamos unilateralmente com os objetivos a que conscientemente nos propomos. Fredric Jameson deixou isso claro em seu primeiro livro sobre Sartre. Embora seja possível praticar estilos, os estilos que se tornam disponíveis não são inteiramente uma questão de escolha. Além disso, nem a gramática nem o estilo são politicamente neutros. Aprender as regras que governam a fala inteligível é uma inculcação na linguagem normalizada, e o preço a pagar por não se conformar a ela é a perda da própria inteligibilidade. Como lembra Drucilla Cornell, na tradição de Adorno:



não há nada de radical no bom senso. Seria um erro pensar que a gramática recebida é o melhor veículo para expressar visões radicais, dadas as restrições que a gramática impõe ao pensamento; ao próprio imaginável, na verdade. No entanto, formulações que distorcem a gramática ou que questionam implicitamente as demandas do sentido proposicional do uso de sujeito-verbo são claramente incômodas para alguns. Os leitores têm que fazer um esforço e, às vezes, ficam ofendidos com o que tais formulações exigem deles. Os ofendidos estão reivindicando legitimamente uma “linguagem franca”, ou a reclamação surge devido a expectativas da vida intelectual que eles têm como consumidores? Será que há um valor que deriva de tais experiências de dificuldade linguística? Se o próprio gênero é naturalizado por meio de normas gramaticais, como Monique Wittig argumentou, então a alteração de gênero no nível epistêmico mais fundamental será conduzida, em parte, por meio da contestação da gramática em que o gênero é dado.

A demanda por lucidez esquece os artifícios que movem a visão ostensivamente “clara”. Avital Ronell relembra o momento em que Nixon olhou nos olhos da nação e disse: “deixe-me deixar uma coisa perfeitamente clara” e então começou a mentir. O que se esconde sob o signo da “clareza” e qual seria o preço de deixar de lançar uma certa suspeita crítica quando se anuncia a chegada da lucidez? Quem concebe os protocolos de “clareza” e a quem servem os interesses? O que é excluído pela insistência em padrões provincianos de transparência como requisito para toda comunicação? O que “transparência” mantém obscuro?

Cresci entendendo algo sobre a violência das normas de gênero: um tio preso por ter um corpo anatomicamente anormal, privado de família e amigos, sobrevivendo em um “instituto” nas pradarias do Kansas; primos gays forçados a deixar suas casas por causa de sua sexualidade, real e imaginária; minha própria declaração pública tempestuosa de homossexualidade aos 16 anos; e uma paisagem adulta subsequente de empregos, amantes e lares perdidos. Tudo isso me sujeitou a uma condenação forte e contundente, mas, felizmente, não me impediu de buscar o prazer e de insistir em um reconhecimento legitimador de minha vida sexual. Foi difícil identificar essa violência precisamente porque o gênero era dado como certo e que, ao mesmo tempo, era policiado com violência. Era para ser uma manifestação natural do sexo, uma constante cultural que nenhuma agência humana poderia esperar revisar. Também passei a entender um pouco da violência da vida de exclusão, que não é considerada “viva”, aquela cujo encarceramento implica suspensão da vida ou à pena de morte continuada. O esforço obstinado para “desnaturalizar” o gênero neste texto emerge de um intenso desejo de combater tanto a violência normativa implícita nas morfologias sexuais ideais, quanto de erradicar as suposições generalizadas sobre a heterossexualidade natural ou presumida que são baseadas em discursos



comuns e acadêmicos sobre sexualidade. Escrever sobre essa desnaturalização não foi meramente devido a um desejo de brincar com a linguagem ou de prescrever travessuras teatrais em vez de escrever sobre política “real”, como alguns críticos conjecturaram (como se teatro e política fossem sempre distintos). Foi feito a partir do desejo de viver, de tornar a vida possível e de repensar o possível como tal. Como seria o mundo para que meu tio pudesse viver com sua família, amigos ou ter algum outro tipo de relacionamento? Como devemos repensar as restrições morfológicas ideais sobre o ser humano, de modo que aqueles que falham em se aproximar da norma não sejam condenados à morte em vida^{xiv}?

Alguns leitores perguntaram se, por alguma razão, *Gender Trouble* busca expandir a esfera das possibilidades de gênero. Eles perguntam: com que propósito essas novas configurações de gênero são concebidas e como devemos distingui-las? Frequentemente, a pergunta envolve uma premissa anterior, ou seja, que o texto não aborda a dimensão normativa ou prescritiva do pensamento feminista. “Normativo” claramente tem pelo menos dois significados neste encontro crítico, uma vez que a palavra é uma que eu uso com frequência, principalmente para descrever a violência cotidiana praticada por certos tipos de ideais de gênero. Eu geralmente uso “normativo” de uma forma que é sinônimo de “pertinente às normas que governam o gênero”. Mas o termo “normativo” também pertence à justificativa ética, como ela é estabelecida e quais consequências concretas procedem dela. Uma questão crítica colocada em *Gender Trouble* foi: como procedemos para fazer julgamentos sobre como o gênero deve ser vivido com base nas descrições teóricas aqui expostas? Não é possível se opor às formas “normativas” de gênero sem, ao mesmo tempo, subscrever uma certa visão normativa de como o mundo de gênero deveria ser. Quero sugerir, no entanto, que a visão normativa positiva deste texto, tal como é, não assume e não pode assumir a forma de uma prescrição: “Vamos subverter o gênero da maneira como eu digo, e a vida será boa”.

Aqueles que fazem tais prescrições ou que estão dispostos a decidir entre expressões subversivas e não subversivas de gênero, baseiam seus julgamentos em uma descrição. O gênero aparenta ser desta ou daquela forma, e então um julgamento normativo é elaborado sobre essas aparências e com base no que parece. Mas o que condiciona o domínio da aparência para o próprio gênero? Podemos ficar tentados a fazer a seguinte distinção: uma explicação *descritiva* do gênero inclui considerações sobre o que torna o gênero inteligível, uma investigação sobre suas condições de viabilidade; enquanto uma explicação *normativa* busca responder à questão de quais expressões de gênero são aceitáveis e quais não o são, fornecendo razões convincentes para distinguir assim, entre tais expressões. A questão, no entanto, do que se qualifica como “gênero” já é em si uma questão que atesta uma operação de poder amplamente normativa, uma operação



fugidia de “qual será o caso” sob a rubrica de “o que é o caso”. Assim, a própria descrição do campo de gênero não faz sentido se anterior à questão de sua operação normativa, nem pode ser separada dela.

Meu interesse não é fazer julgamentos sobre o que distingue o subversivo do não subversivo. Eu não só acredito que tais julgamentos não podem ser feitos fora do contexto, como acho que não podem ser feitos de maneira que perdurem no tempo (“contextos” são unidades postuladas que sofrem mudanças temporais e revelam falta de unidade essencial). Assim como as metáforas perdem sua metaforicidade à medida que se solidificam em conceitos com o passar do tempo, as práticas subversivas sempre correm o risco de se tornarem clichês mortíferos por meio de sua repetição e, mais importante, por meio de sua repetição dentro da cultura mercantil, na qual “subversão” tem valor de mercado. O esforço para nomear o critério da subversividade sempre falhará, e deve falhar. Então, o que está em jogo quando o termo é usado?

O que continua a me preocupar são os seguintes tipos de questões: o que constituirá ou não uma vida inteligível, e como as suposições sobre gênero e sexualidade normativa determinam antecipadamente o que se qualificará como “humano” e “adequado”? Em outras palavras, como os pressupostos normativos de gênero funcionam para delimitar o próprio campo de descrição que temos para o humano? Quais são os meios pelos quais passamos a ver esse poder de delimitação e quais são os meios pelos quais o transformamos?

A discussão sobre drag que *Gender Trouble* oferece para explicar a dimensão construída e performativa de gênero não é precisamente *um exemplo* de subversão. Seria um erro considerá-lo paradigma de ação subversiva ou mesmo um modelo de ação política. A questão é bem diferente. Se alguém pensa que vê um homem vestido de mulher ou uma mulher vestida de homem, então toma o primeiro termo de cada uma dessas percepções como a “realidade” do gênero: o gênero que é introduzido por meio de um símile carece de “realidade” e é considerado uma figura ilusória. Em tais percepções em que uma realidade ostensiva está associada a uma irrealidade, pensamos que sabemos o que é a realidade e tomamos a aparência secundária do gênero como mero artifício, jogo, falsidade e ilusão. Mas qual é o sentido de “realidade de gênero” que fundamenta essa percepção dessa forma? Talvez acreditemos saber o que é a anatomia da pessoa (às vezes não, e certamente não avaliamos a variação que existe no nível de descrição anatômica). Ou inferimos esse conhecimento das roupas que a pessoa usa, ou de como as roupas são vestidas. Esse é um conhecimento naturalizado, ainda que baseado em uma série de inferências culturais, algumas das quais altamente errôneas.

Na verdade, se substituirmos o exemplo de drag para trans, não poderemos mais fazer um julgamento sobre a anatomia estável a partir das roupas que cobrem e articulam o corpo. Esse



corpo pode ser pré-operatório, transitório ou pós-operatório; até mesmo "ver" o corpo pode não responder à pergunta: para que são as categorias através das quais se vê? O momento em que as percepções culturais estáveis e usuais falham; quando não se pode ler com segurança o corpo que se vê, é precisamente o momento em que não se tem mais certeza se o corpo defrontado é de um homem ou de uma mulher. A própria hesitação entre as categorias constitui a experiência do corpo em questão.

Quando tais categorias são questionadas, a *realidade* do gênero é também posta em crise: torna-se pouco claro como distinguir o real do irreal. E é nessa ocasião que passamos a compreender que o que consideramos "real", o que invocamos como conhecimento naturalizado de gênero é, na verdade, uma realidade mutável e revisável. Chame isso de subversivo ou de outra coisa. Embora essa percepção não constitua em si uma revolução política, nenhuma revolução política é possível sem uma mudança radical na nossa própria concepção do possível e do real. E às vezes essa mudança vem como resultado de certos tipos de práticas que precedem sua teorização explícita e que levam a um repensar de nossas categorias básicas: o que é gênero, como é produzido e reproduzido, quais são suas possibilidades? Nesse ponto, o campo sedimentado e reificado da "realidade" de gênero é concebido como um campo que poderia ser de outra forma, na verdade, menos violento.

O objetivo deste livro não é celebrar drag como expressão de um gênero verdadeiro ou um modelo (mesmo que seja importante resistir à depreciação que ocorre com as drag), mas mostrar que o conhecimento naturalizado de gênero opera como uma circunscrição preventiva e violenta da realidade. Na medida em que as normas de gênero (dimorfismo ideal, complementaridade heterossexual de corpos, ideais e dominância de masculinidade e feminilidade adequadas e inadequadas - muitas das quais subscritas por códigos raciais de pureza e tabus contra a miscigenação) determinam o que será e o que não será inteligivelmente humano ou o que será ou não considerado "real", elas estabelecem o campo ontológico no qual os corpos podem ter expressão legítima. Se há uma tarefa normativa positiva em *Gender Trouble* é insistir na extensão dessa legitimidade a corpos que foram considerados falsos, irrealis e ininteligíveis. Drag é um exemplo que visa estabelecer que a "realidade" não é tão fixa como geralmente supomos que seja. O objetivo do exemplo é expor a fragilidade da "realidade" de gênero para fazer frente à violência praticada pelas normas de gênero.

Neste texto, como em outros lugares, procurei compreender o que pode ser a agência política, visto que ela não pode ser dissociada da dinâmica de poder da qual é forjada. A iterabilidade da performatividade é uma teoria da agência, que não pode negar o poder como condição de sua própria possibilidade. Este texto não explica suficientemente a performatividade



em termos de suas dimensões sociais, psíquicas, corporais e temporais. De certa forma, o trabalho contínuo desse esclarecimento, em resposta a inúmeras críticas excelentes, orienta a maioria de minhas publicações subsequentes.

Outras preocupações surgiram com este texto na última década, e tenho procurado respondê-las por meio de várias publicações. Sobre o status da materialidade do corpo, apresentei uma reconsideração e revisão de minhas opiniões em *Bodies that matter*. Sobre a questão da necessidade da categoria de "mulheres" para a análise feminista, revisei e ampliei meus pontos de vista em *Contingent foundations* que se encontram no volume que coeditei com Joan W. Scott, *Feminists Theorize the Political* (Routledge, 1993) e em *Feminist Contentions*, de autoria coletiva (Routledge, 1995).

Não creio que o pós-estruturalismo acarrete a morte da escrita autobiográfica, embora chame a atenção para a dificuldade do "eu" em se expressar por meio da linguagem de que dispõe; uma vez que esse "eu" que se lê, é, em parte, consequência da gramática que rege a disponibilidade das pessoas na língua. Não estou fora da linguagem que me estrutura, mas também não somos determinados pela linguagem que torna esse "eu" possível. Esse é o vínculo da autoexpressão, como eu o entendo. Isso significa que quem lê nunca me recebe fora da gramática. Se eu tratar essa gramática como translúcida, deixarei de chamar a atenção para aquela esfera da linguagem que estabelece e desestabiliza a inteligibilidade, e isso equivaleria precisamente à deturpação do meu próprio projeto, tal como eu o descrevi aqui. Não estou tentando ser difícil, mas apenas chamar a atenção para uma dificuldade sem a qual nenhum "eu" pode aparecer.

Essa dificuldade assume uma dimensão específica quando abordada a partir de uma perspectiva psicanalítica. Em meus esforços para compreender a opacidade do "eu" na linguagem, voltei-me cada vez mais para a psicanálise desde a publicação de *Gender Trouble*. A tentativa usual de polarizar a teoria da psique da teoria do poder parece-me contraproducente, uma vez que parte do que é tão opressor nas formas sociais de gênero tem sua origem nas dificuldades psíquicas que elas produzem. Procurei considerar as maneiras pelas quais Foucault e a psicanálise poderiam ser pensados juntos em *The psychic life of power* (Stanford, 1997). Também fiz uso da psicanálise para conter o voluntarismo ocasional de minha visão da performatividade sem, com isso, minar uma teoria mais geral de agência. Às vezes interpretam *Gender Trouble* como se gênero fosse simplesmente uma invenção pessoal ou como se o significado psíquico de uma apresentação de gênero pudesse ser lido diretamente de seu exterior. Ambos os postulados tiveram que ser refinados ao longo do tempo. Além disso, a teoria às vezes oscila entre entender a performatividade como linguística ou classificá-la como teatral. Passei a



pensar que os dois estão invariavelmente relacionados, quiasmicamente, e que uma reconsideração do ato de fala como uma instância de poder, invariavelmente, chama a atenção para suas dimensões teatrais e linguísticas. Em *Excitable speech*, procurei mostrar que o ato de fala é, ao mesmo tempo, realizado (e, portanto, teatral, apresentado a um público, sujeito à interpretação), e linguístico, induzindo um conjunto de efeitos por meio de sua relação implícita com as convenções linguísticas. Se alguém se pergunta como uma teoria linguística do ato discursivo se relaciona com os gestos corporais, basta considerar que o discurso em si é um ato corporal com consequências linguísticas específicas. Assim, a fala não pertence exclusivamente à apresentação corporal nem à linguagem, e seu status como palavra e ação é necessariamente ambíguo. Essa ambiguidade tem consequências para a prática do assumir-se, para a força insurrecional do ato discursivo, para a linguagem como condição tanto de sedução corporal quanto de ameaça de lesão.

Se eu fosse reescrever este livro nas atuais circunstâncias, incluiria uma discussão sobre transgênero e intersexualidade, sobre a maneira como o dimorfismo de gênero ideal é ativado em ambos os tipos de discurso, sobre as diferentes relações com a intervenção cirúrgica que essas preocupações sustentam. Eu também incluiria uma discussão sobre sexualidade racializada e, em particular, sobre como tabus contra a miscigenação (e a romantização da troca sexual interracial) são essenciais para as formas naturalizadas e desnaturalizadas que o gênero adota. Continuo a esperar por uma coalizão de minorias sexuais que transcenda as categorias simples de identidade, que recuse o apagamento da bissexualidade, que se oponha e dissipe a violência imposta por normas corporais restritivas. Eu gostaria que tal coalizão fosse baseada na complexidade irreduzível da sexualidade e sua implicação em várias dinâmicas de poder discursivo e institucional, e que ninguém se apressasse em reduzir o poder à hierarquia e recusar suas dimensões políticas produtivas. Mesmo que eu ache que obter o reconhecimento pelo status de uma minoria sexual seja uma tarefa difícil dentro dos discursos reinantes do direito, da política e da linguagem, sigo considerando-o uma necessidade para a sobrevivência. A mobilização de categorias de identidade para fins de politização está sempre ameaçada pela perspectiva de a identidade se tornar um instrumento de poder ao qual nos opomos. Isso não é motivo para não usar, e ser usado, por identidade. Não há posição política purificada de poder, e talvez essa impureza seja o que produz agência como a interrupção e reversão potencial dos regimes regulatórios. Mesmo assim, aqueles que são considerados “irreais” agarram-se ao real, um agarramento que acontece em conjunto, e uma instabilidade vital é produzida por essa surpresa performativa. Este livro é escrito então como parte da vida cultural de uma luta coletiva



que teve, e continuará a ter, algum sucesso em aumentar as possibilidades de uma vida suportável para aqueles que vivem, ou tentam viver, na marginalidade sexual^{xv}.

JUDITH BUTLER
Berkeley, Califórnia
Junho de 1999

Notas do Prefácio (página seguinte)



i Nesta impressão, há editores franceses considerando a tradução desta obra, mas apenas porque Didier Eribon e outros inseriram os argumentos do texto nos atuais debates políticos franceses sobre a ratificação legal de parcerias do mesmo sexo.

ii Escrevi duas breves peças sobre este assunto: um posfácio para *Butch \ Femme: Inside Lesbian Gender*, ed. Sally Munt (Londres: Cassell, 1998), e outro posfácio para “*Transgender in Latin America: Persons, Practices and Meanings*,” uma edição especial da revista *Sexualities*, vol. 5.

iii 1998. 3. Catharine MacKinnon, *Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law* (Cambridge: Harvard University Press, 1987, pp. 6–7).

iv Infelizmente, *Gender trouble* precedeu a publicação da monumental *Epistemology of the closet* de Eve Kosofsky Sedgwick (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1991) por alguns meses, e meus argumentos aqui não foram capazes de se beneficiar de sua discussão matizada de gênero e sexualidade no primeiro capítulo desse livro.

v Jonathan Goldberg me convenceu desse ponto.

vi Para uma bibliografia mais ou menos completa de minhas publicações e citações de meu trabalho, veja o excelente trabalho de Eddie Yeghiayan na Biblioteca da Universidade da Califórnia em Irvine: <http://sun3.lib.uci.edu/~scctr/Wellek/index.html>.

vii Agradecimentos especiais a Biddy Martin, Eve Sedgwick, Slavoj Zizek, Wendy Brown, Saidiya Hartman, Mandy Merck, Lynne Layton, Timothy Kaufmann-Osborne, Jessica Benjamin, Seyla Benhabib, Nancy Fraser, Diana Fuss, Jay Presser, Lisa Duggan e Elizabeth Grosz por suas críticas perspicazes à teoria da performatividade.

viii Essa noção da dimensão ritual da performatividade alia-se à noção de habitus na obra de Pierre Bourdieu, algo que só percebi depois de escrever este texto. Para meu esforço tardio de explicar essa ressonância, consulte o capítulo final de *Excitable speech: a politics of the performative* (New York: Routledge, 1997).

ix Jacqueline Rose mostrou-me proveitosamente a disjunção entre as partes anteriores e posteriores deste texto. As primeiras partes questionam a construção melancólica do gênero, mas as últimas parecem esquecer os primórdios psicanalíticos. Talvez isso explique parte da “mania” do capítulo final, um estado definido por Freud como parte da recusa da perda que é a melancolia. *Gender trouble* nas páginas finais parece esquecer ou repudiar a perda que acaba de articular.

x Veja *Bodies that matter* (New York: Routledge, 1993), bem como uma crítica capaz e interessante que relaciona algumas das questões levantadas lá aos estudos científicos contemporâneos por Karen Barad, “*Getting real: technoscientific practices and the materialization of reality*,” Vol. 5, Nº. 2, pp. 87-126.

xi Saidiya Hartman, Lisa Lowe e Dorinne Kondo são acadêmicas cujo trabalho influenciou o meu. Grande parte da atual bolsa de estudos sobre “aprovação” também abordou essa questão. Meu próprio ensaio de “*Passing*” em *Bodies that matter* em Nella Larsen procurou abordar a questão de uma forma preliminar. Claro, o trabalho de Homi Bhabha sobre divisão mimética do sujeito pós-colonial é próximo ao meu de várias maneiras: não apenas a apropriação da “voz” colonial pelo colonizado, mas a condição de divisão de identificação são cruciais para uma noção de performatividade que enfatiza a maneira como as identidades minoritárias são produzidas e divididas ao mesmo tempo sob condições de dominação.

xii O trabalho de Kobena Mercer, Kendall Thomas e Hortense Spillers foi extremamente útil para meu pensamento depois de *Gender trouble* neste assunto. Também publicarei um ensaio sobre Frantz Fanon em breve envolvendo questões de mimese e hipérbole em seu *Black skins, white masks*. Agradeço a Greg Thomas, que concluiu recentemente sua dissertação em retórica em Berkeley, sobre sexualidades racializadas nos EUA, por provocar e enriquecer minha compreensão dessa interseção crucial.

xiii Refleti sobre universalidade em escritos subsequentes, mais proeminentemente no capítulo 2 de *Excitable speech*.

xiv Veja as importantes publicações da *Intersex Society of North America* (incluindo as publicações de Cheryl Chase) que, mais do que qualquer outra organização, trouxe à atenção do público o severo e violento policiamento de gênero feito a bebês e crianças nascidas com corpos anômalos de gênero. Para outras informações, acesse: <http://www.isna.org>.

XV Agradeço a Wendy Brown, Joan W. Scott, Alexandra Chasin, Frances Bartkowski, Janet Halley, Michel Feher, Homi Bhabha, Drucilla Cornell, Denise Riley, Elizabeth Weed, Kaja Silverman, Ann Pellegrini, William Connolly, Gayatri Chakravorty Spivak, Ernesto Laclau, Eduardo Cadava, Florence Dore, David Kazanjian, David End, and Dina Al- pelo apoio e pela amizade durante a primavera de 1999, quando este prefácio foi escrito.